

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

ADVOCACIA EMPRESARIAL

DISCIPLINA: DIREITO SOCIETÁRIO

EMENTA: Conteúdo: Conceito de sociedade. Elementos comuns. Capacidade para ser sócio. Elementos específicos da sociedade. Contribuição dos sócios. Participação dos sócios com prestação de serviços. Distribuição dos Resultados. Sociedades Unipessoais. Sociedade de Propósito Específico (SPE). Tipos de Sociedades. Classificações das Sociedades. Aquisição da personalidade jurídica pela sociedade. Sociedades não personificadas: espécies e distinção. Sociedade em Comum e suas características. Responsabilidade dos sócios nas Sociedades em Comum. Sociedade em conta de participação. Origem. Espécies de sócios. Natureza jurídica e disciplina supletiva da Sociedade em Conta de Participação. O sócio ostensivo. Ausência de nome empresarial. Dispensa das formalidades de constituição. Necessidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Responsabilidades e direitos do sócio participante. Patrimônio especial da Sociedade em Conta de Participação. Falência do sócio ostensivo e do sócio participante. Sociedade Simples. Classificação. Tipo base para as demais sociedades. Contrato social. Cláusulas obrigatórias e facultativas. Responsabilidade dos sócios. Quórum das deliberações. Cessão da quota e responsabilidade do cedente. Obrigações e direitos dos Sócios. Administração da Sociedade Simples. Deveres dos Administradores. Resolução da Sociedade em relação a um Sócio. Ação de Dissolução parcial. Apuração de haveres. Responsabilidade do ex-sócio pelas obrigações sociais.

Dissolução, Liquidação e Extinção da Sociedade Simples. Sociedades Cooperativas. Legislação e disciplina legal subsidiária. Princípios do Cooperativismo. Contrato de Sociedade Cooperativa. Características da Sociedade Cooperativa Responsabilidade dos sócios e subsidiariedade. Estatuto da Sociedade Cooperativa e seu Registro.

Constituição. Relação das cooperativas com os sócios. Ato cooperativo. Estrutura Societária. Dissolução. Sociedade em nome coletivo. Origem. Classificação. Limitação às pessoas naturais e responsabilidade dos sócios. Limitação interna da responsabilidade. Nome empresarial. Administração da sociedade. Sociedade em comandita simples. Origem. Classificação. Responsabilidade dos sócios comanditado e comanditário. Nome empresarial.

Administração da sociedade. Resolução da sociedade. Dissolução. Sociedade limitada. Origem. *Nomen juris*. Classificação. Disciplina subsidiária. Contrato social. Sociedade limitada unipessoal. Responsabilidade dos sócios. Desconsideração da personalidade jurídica. Capital social: realidade e intangibilidade. Quota: natureza e características. Cessão de Quotas. Sócio remisso. Aquisição das quotas do sócio excluído pela sociedade limitada. Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio. Direito de retirada. Exclusão extrajudicial de sócio minoritário. Capital Social da sociedade limitada. Modificação do capital social. Aumento do capital social.

Procedimento, Direito de preferência e sua cessão. Redução do capital social. Administração da sociedade limitada. Aplicação subsidiária das disposições da sociedade simples ou da sociedade anônima. Administração da sociedade limitada. Designação do Administrador. Administrador não sócio. Investidura do administrador nomeado em documento separado. Destituição do administrador. Uso do nome empresarial pelo administrador. Levantamento dos balanços patrimonial e de resultado econômico das sociedades limitadas. Distribuição de dividendos. Sociedade limitada de grande porte. Conselho Fiscal na sociedade limitada. Deliberações sociais na sociedade limitada. Matérias objeto de deliberação. Modalidades de deliberação. Competência para convocação e formalidades. Representação do sócio na reunião ou na assembleia. Quórum de Instalação e Deliberação. Princípio majoritário. Aprovação sem reservas das demonstrações financeiras e seus efeitos. Dispensa da realização de reuniões ou assembleias nas

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Exceções. Transformação de sociedade. Noção e distinção entre transformação de sociedade e transformação de registro. Quórum para aprovação da medida e direito de recesso. Manutenção integral do direito dos credores no tipo transformado. Falência da sociedade transformada. Incorporação: conceito, regras e procedimento. Fusão: conceito, regras e procedimento. Cisão: conceito, regras, modalidades e procedimento. Direito dos credores na incorporação, fusão e cisão.

DISCIPLINA: TEORIA DA EMPRESA E CONTRATOS EMPRESARIAIS

EMENTA: 1. Introdução ao Direito Empresarial. 1.1. Origem histórica e transformação do direito comercial. 1.2. Direito comercial e a disciplina jurídica da atividade econômica. 1.3. A transição entre a teoria dos atos de comércio e a teoria da empresa. 1.4. Fontes do direito comercial no Brasil. 1.5. Unificação do direito privado versus direito comercial. 1.6. Princípios e fundamentos do direito empresarial. 1.7. Empresa, mercados e ordem econômica constitucional. 2. Noções Básicas de Direito Empresarial. 2.1. Sistemas de direito comercial (objetivo, subjetivo e funcional). 2.2. Empresário, empresa e estabelecimento. 2.3. Atividade econômica. 2.4. Dez princípios de economia. 2.4.1. Tomada de decisões. 2.4.2. Interação subjetiva. 2.4.3. Funcionamento da Economia. 3. Elementos do Direito Societário. 3.1. Empresa, empresário e estabelecimento no Código Civil de 2002. 3.2. Estabelecimento empresarial virtual. 3.3. Nome Empresarial. 3.4. Capital social. 3.5. Limitação de Responsabilidade. 3.6. Formas jurídico-organizativas para o exercício da atividade econômica. 3.7. Status Socii. 4. Introdução aos Contratos Empresariais. 4.1. Introdução à teoria geral dos contratos, 4.2. Qualificação subjetiva no contrato empresarial. 4.3. Função econômica do contrato empresarial. 4.4. Exclusão de contratos consumeristas. 5. Tratamento dos Contratos Empresariais. 5.1. Princípios contratuais clássicos. 5.2. Princípios contratuais modernos. 5.3. Hermenêutica dos contratos empresariais. 6. Integração dos contratos empresariais. 6.1. Incompletude contratual. 6.2. Soluções. 6.2.1. Novo acordo. 6.2.2. Usos e Costumes. 6.2.3. Recurso ao Judiciário, Mediação, Arbitragem. 6.3. Boa-fé. 7. Cláusulas de Alocação de Responsabilidade. 7.1. Noções gerais de responsabilidade civil. 7.2. Cláusulas knock-for-knock. 7.3. Thresholds, carve-outs e cláusulas penais. 7.4. Oposição interpartes e erga omnes da alocação de responsabilidade. 7.5. Compatibilidade com o direito brasileiro. 8. Contrato Built to Suit. 8.1. Racionalidade econômica. 8.2. Financiamento e securitização. 8.3. Elementos essenciais e qualificação. 8.4. Regime jurídico aplicável. 8.5. Extinção contratual. 9. Contrato de Seguro. 9.1. Princípios gerais de Direito de Seguros. 9.2. Elementos. 9.2.1. Interesse segurável. 9.2.2. Risco. 9.2.3. Prêmio. 9.2.4. Garantia. 9.2.5. Indenização. 9.3. Partes. 9.4. Tipos de contrato: seguro de dano e de pessoa. 10. Contratos de Colaboração. 10.1. Distribuição. 10.2. Representação. 10.3. Franquia. 11. Contratos de Alienação Fiduciária. 12. Contrato de Arrendamento mercantil (Leasing). 13. Contratos de Locação Empresarial. 13.1. Locação de Shopping Center. 14. Contratos de Fomento Mercantil (Factoring).

DISCIPLINA: FUSÕES E AQUISIÇÕES (M&A)

EMENTA: 1. Estudo das Sociedades por ações voltado principalmente para os seus institutos, a mecânica de seu funcionamento e sua vinculação ao mercado de valores mobiliários. 2. Aspectos contábeis, fiscais e societários de operações de fusões e aquisições entre empresas. 3. Transferência de ativos empresariais entre empresas nas suas diversas formas. 4. Aumento e Redução de Capital. Subscrição e integralização. 5. Fusões. Incorporações. Cisões. 6. Discussão à luz da incidência do imposto de renda de pessoas jurídicas. Contribuição social sobre o lucro líquido, PIS e Cofins. 7. Instrumentalização contratual das operações de reorganização societária. 8. Direito dos acionistas minoritários.

DISCIPLINA: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

EMENTA: Objetivo: Conhecer as ferramentas legais para lidar com a crise da empresa é relevante para a prática da advocacia empresarial em qualquer contexto. O momento econômico, agravado pelos impactos da pandemia do COVID-19, indica que essa premissa se tornará ainda mais evidente. Os profissionais dedicados à prática da advocacia empresarial devem se preparar para um momento de crise da empresa a fim de tratá-lo e enfrentá-lo com a naturalidade desse que nem sempre é um momento indicativo de insucesso empresarial, mas um dos diversos resultados possíveis da atividade empresária.

DISCIPLINA: CONTENCIOSO EMPRESARIAL

EMENTA: No universo da advocacia empresarial, conhecer os meandros do contencioso empresarial é necessário. Sem sombra de dúvidas, o advogado atuante neste específico campo do direito precisa deter conhecimentos técnicos para defender os interesses de seus clientes nas mais distintas demandas contenciosas que tramitem na esfera judicial ou na esfera arbitral. Mas não é somente sob esse enfoque que a disciplina do Contencioso Empresarial ganha destaque. É fundamental ter alguma intimidade com o contencioso empresarial até mesmo para evitá-lo, auxiliando clientes a adotarem uma postura preventiva de litígios e, ainda, a encontrarem um denominador comum, antes mesmo do início de um processo judicial ou de um procedimento arbitral ou, caso não seja possível, durante sua correspondente tramitação.

Ao longo do nosso curso, abordaremos temas de grande relevância no âmbito do contencioso empresarial, dentre os quais se incluem a ação de dissolução parcial da sociedade limitada (resolução da sociedade em relação a um sócio).

DISCIPLINA: DEFESA DA CONCORRÊNCIA

EMENTA: Noções introdutórias sobre os fundamentos do direito da concorrência. Bases conceituais econômicas e jurídicas da defesa da concorrência. Evolução histórica. Legislação. Conceito. Conteúdo. Natureza. Objetivos. Princípios. Sistema brasileiro de defesa da concorrência. CADE (competências e estrutura organizacional). Mercado relevante. Poder de mercado. Posição dominante. Atos de concentração. Controle de estruturas e condutas. Remédios antitruste. Acordo de leniência. Sanções administrativas, civis e penais. Processo administrativo concorrencial. Processo judicial concorrencial. Reparação civil dos danos concorrenciais. Discussão de casos práticos, notícias atuais, decisões judiciais e administrativas do CADE.

DISCIPLINA: DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

EMENTA: Uma das principais características do desenvolvimento econômico dos países e dos empresários é a relevância dos direitos da propriedade intelectual como propulsor de inovações e novos conhecimentos na área técnica e das artes. Se a inserção de regras para a propriedade intelectual decorreu, em um primeiro momento, de uma pressão dos países desenvolvidos, nos dias atuais os governos dos países e os empresários procuram fortalecer políticas internas de criação baseadas na proteção proprietária desses bens intelectuais. Tudo isso visando promover o desenvolvimento tecnológico. Releva-se, portanto, a necessidade de um estudo dos direitos da propriedade intelectual ou seja do arcabouço jurídico que regula as criações tecnológicas e obras intelectuais sob a perspectiva do empreendedorismo e da inovação tecnológica. O objetivo dessa disciplina é analisar a influência do direito da propriedade intelectual na inovação tecnológica e como e onde podem encontrar amparo nas leis da propriedade intelectual. Dessa forma, o estudo dos direitos da propriedade intelectual será realizado sob uma forma prática, englobando as principais questões

empresariais sobre essa matéria, tais como a proteção ao segredo de negócio, a interseção entre a internet, as redes sociais e dos direitos da propriedade intelectual, a proteção patentária, a proteção dos sinais distintivos dentre outros. Dentre os instrumentos jurídicos a serem abordados estão a Convenção da União de Paris, o Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual

Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) e as diferentes legislações brasileiras sobre a matéria, principalmente a Lei de Marcas e Patentes e o Direito Autoral.

Conteúdo: 1. Natureza Jurídica e Inter-Relação com o Direito Constitucional. Natureza e fundamentos dos direitos à propriedade intelectual. Propriedade imaterial. Bens intangíveis. Direito privado patrimonial de caráter real. Fontes do Direito da Propriedade Industrial. Diferença doutrinária entre propriedade intelectual e propriedade industrial. Definição do direito da propriedade intelectual. Relação da propriedade intelectual com o direito constitucional, com o direito administrativo e com o direito empresarial. Proteção constitucional conferida às obras intelectuais com impacto na empresa. Impacto da proteção à propriedade intelectual para o desenvolvimento social e econômico. Evolução histórica do sistema de patentes. Da proteção às invenções no século XIII à Rodada Uruguai. TRIPS. A patente como instrumento econômico. Teorias econômicas que justificam a concessão de patentes e o monopólio de uso temporário pelo inventor: (a) propriedade industrial como direito natural; (b) monopólio como recompensa pelo desenvolvimento do invento e recuperação do investimento; (c) monopólio como contrapartida para a divulgação do invento à sociedade. Evolução histórica do sistema de marcas e patentes adotado no Brasil. A lei de propriedade industrial - Lei no. 9.279 de 14 de maio de 1996 - e os principais aspectos do Acordo Internacional TRIPS. 2. Das Invenções e Proteção Patentária. Privilégios de invenção e a lei de propriedade industrial - Lei no. 9.279/96. Conceituação de invenção. Distinção entre criações intelectuais e invenções. Requisitos legais de patenteabilidade: novidade, salto inventivo e aplicação industrial. Conceituação de não invenção de acordo com a lei de propriedade industrial. Invenções privilegiáveis. As invenções tecnológicas realizadas na vigência de contrato de trabalho. Titularidade da invenção. O princípio do inventor e o princípio do requerimento. Titularidade da patente. Regras de titularidade sobre as invenções realizadas por empregados ou prestadores de serviços. Invenção como objeto de condomínio ou regras da copropriedade. A existência e competência administrativa do INPI. Pedido de patente e sua composição: (a) requerimento (b) relatório descritivo; (c) reivindicações; (d) desenhos; (e) resumo e (f) comprovante do pagamento da retribuição. Prioridade do pedido. As disposições da Convenção de Paris* e o PCT sobre a prioridade. Processamento administrativo. Exame formal e exame técnico. Expedição da patente de invenção. Duração e eficácia. 3. Eficácia da Patente. Proteção conferida pela patente. Efeitos da concessão. A propriedade e o uso exclusivo da invenção. Alienação da patente e modalidades: transferência e licença de uso. Contratos de transferência de tecnologia. Direito do cedente sobre os aperfeiçoamentos da invenção. Reserva de direitos pelos cedentes. Efeitos da cessão entre as partes e em relação a terceiros. Princípio Atributivo e a proteção ao usuário anterior; Princípio da Territorialidade e o PCT e outras convenções internacionais. 4. Eficácia das Invenções Tecnológicas Patenteadas e o Regime do Segredo de Negócio. Proteção conferida pela patente. Efeitos da concessão. A propriedade e o uso exclusivo da invenção. Limitações legais aos direitos proprietários assegurados à concessão de patente: Regras do artigo 43: importação paralela e usos privados em perspectiva. Restrições legais aos direitos resultantes da patente de invenção. Licença compulsória. Patente de interesse da defesa nacional. Caracterização dos crimes contra os privilégios de invenção. Modalidades de contrafação. Penalidades. Ação penal por infração dos privilégios de invenção. Ações cíveis relativas aos privilégios de invenção. Proteção legal do segredo de negócio no Brasil. O tratamento da Lei no. 9.279/96 e do TRIPS. Requisitos essenciais para proteção do segredo de negócio. Tratamento do Know-how no direito brasileiro.

A inserção do sistema de patente e do segredo de negócio na Lei de Inovação Tecnológica. 5. Proteção aos desenhos industriais e Interrelação com o Direito da Moda. Introdução à proteção conferida a desenhos industriais. Exame dos requisitos de concessão de registro para os desenhos industriais. Limitações relativas

à funcionalidade do desenho. Concessão e vigência do registro. Nulidade e Extinção do Registro. Análise da relação entre a proteção aos desenhos industriais e o direito antitruste: Análise de casos do CADE. A inserção dos desenhos industriais na proteção das criações da moda. 6. Sistema de Marcas e os Requisitos Essenciais História da origem das marcas. Função das marcas nos tempos modernos. Natureza e fundamento dos direitos sobre as marcas. Doutrina da propriedade sobre as marcas. Dos direitos sobre bens imateriais. Especificação do sistema atributivo. Natureza, fim e efeito do registro. Sistemas principais quanto aos efeitos do registro: sistema atributivo e declarativo da propriedade das marcas. Importância do registro da marca no INPI. Direito de Precedência do Registro. Requisitos das marcas e do registro. Princípio Atributivo e a proteção ao usuário anterior; Princípio da Territorialidade e a análise das marcas notoriamente conhecidas. Princípio da Especialidade e o estudo das marcas de alto renome; Sinais registráveis como marcas. Sinais não registráveis como marca. As marcas nominativas, figurativas, mistas, tridimensionais e as marcas de posição. Reprodução e imitação de marcas registradas. Conceito de reprodução e de imitação. Critérios de apreciação das imitações. Formalidades do registro. Prioridade do registro e a Convenção da União de Paris. Legitimação ativa para o pedido. Classificação dos produtos. Depósito do pedido de registro. Exame formal do pedido. Anterioridade. Oposição administrativa. Concessão ou denegação do registro. Recurso contra indeferimento. Processo administrativo de nulidade. 7. Sistema de Marcas e os Sinais Indicadores de Localidades. As proibições legais para uso e registro de sinais que identificam localidades e a falsa indução de indicação geográfica. A proteção às indicações geográficas e as convenções internacionais sobre a matéria. indicações geográficas e o sistema marcário brasileiro. Questões práticas e estudo de casos.

DISCIPLINA: COMPLIANCE E CRIMES EMPRESARIAIS

EMENTA: A disciplina tem por objetivo discorrer sobre as estratégias de autorregulação regulada, das quais os programas de compliance ou de conformidade constituem o ponto central, no escopo de compreender o fenômeno do ilícito ou desvio empresarial, bem como desenvolver mecanismos de gestão do risco corporativo. Para tanto, são apresentados aportes da criminologia econômica e da sociologia organizacional, das políticas criminais relativas a responsabilidade penal de dirigentes e da própria pessoa jurídica, dos programas de integridade como instrumentos de prevenção de ilícitos e de obtenção de leniência, abrandamento ou isenção de sanção, além das questões atinentes aos código de ética e de boa governança, oficial de compliance, canais de denúncia, proteção ao whistleblower, limites e garantias do trabalhador nas investigações internas, bem assim os modelos da imputação (auto, hetero e híbridos), procurando conjugar os avanços normativos e jurisprudenciais do Brasil com as modernas legislações do direito comparado.

DISCIPLINA: NEGOCIAÇÃO JURÍDICA E ESTRATÉGICA

EMENTA: a Importância da negociação para a obtenção de resultados empresariais. O processo de negociação e suas etapas. A ética na negociação. Estratégias negociais. Comunicação no processo de negociação. Fatores que influenciam a negociação. Comportamento na negociação. Administração de Conflitos. Tomada de Decisão.

DISCIPLINA: ECONOMIA EMPRESARIAL, TRIBUTAÇÃO E ATIVIDADES EMPRESARIAIS

EMENTA: A disciplina visa oferecer aos alunos uma abordagem básica dos principais elementos da Economia e da Tributação, compartilhando aspectos econômicos e jurídicos, a fim de permiti-los compreender e discutir a conjuntura econômica, o cenário jurídico e econômico da tributação no Brasil, as

razões e repercussões da intervenção do governo na Economia, e as perspectivas do ambiente e das estruturas do mercado; FUNDAMENTOS ECONÔMICOS: Macroeconomia / Microeconomia; Definição e algumas noções; Inflação; câmbio; juros; Setor Financeiro; Composição, função e repercussão; TEORIA DA FIRMA: Equilíbrio de Mercado; Elasticidades; Mercado/ estruturas de mercado; Concorrência Perfeita; Oligopólio; Monopólio; Legislação nacional — 'livre concorrência'; -Falhas de Mercado/ externalidades; Empresa - Competitividade/concorrência; Economias de escala/escopo; Mercado de capitais; TRIBUTAÇÃO: Visão Jurídica; Tipos societários no ordenamento jurídico brasileiro; Definição e repercussões da adoção de cada tipo; Regimes de' apuração de renda e lucro tributário; Simples, Lucro real, Lucro presumido etc.;

Adequação ao modelo de negócio empresarial da sociedade; Responsabilidade tributária no trespasse e reorganizações societárias; Fusão, transformação, incorporação e cisão; Falência e recuperação judicial no campo tributário; Definições e repercussões; Responsabilização tributária e penal de sócios e administradores; Compreensão de hipóteses e repercussão; Processos administrativo e judicial relacionados à discussão tributária.; Visão Econômica; Carga tributária Brasileira; Iniquidade; Ineficiência e Complexidade; Breve análise da composição/comparações internacionais; Reforma tributária/2021; O que muda na tributação corporativa?

SETOR PÚBLICO: Políticas Macroeconômicas; Fiscal; Monetária; Cambial; Social; Privatização e Regulamentação; Teoria e caso brasileiro;

ANÁLISE ECONOMICA DO DIREITO: Custos de transação; Teorema de Coase; definição dos direitos de propriedade; Teoria Geral dos Contratos (visão econômica); Informação assimétrica.

DISCIPLINA: ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL

EMENTA: 1. Introdução à Contabilidade: A contabilidade no Brasil e no Mundo em relação às normas IFRS/IASB. Funcionamento: como a contabilidade registra, suas funções, campo de aplicação, definições de micro, pequena, média e grande empresa sob as óticas contábil e fiscal, como a empresa trata as diferenças entre as regras contábil e fiscal. Conceitos de Resultado, Receita, Custos e Despesas. Conceitos de patrimônio, bens, direitos e obrigações. 2. Escrituração Contábil e Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo). Regimes contábeis. Escrituração Contábil. Plano de Contas. Balanço Patrimonial — Ativo. Balanço Patrimonial — Passivo. 3. Patrimônio Líquido e Outras Demonstrações. Balanço Patrimonial — Patrimônio Líquido. Demonstração do Resultado. Demonstração da mutação do patrimônio líquido (DMPL), demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) e Demonstração do resultado abrangente (DRA). Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do valor Adicionado (DVA). 4. Análise das Demonstrações Contábeis Análise através de índices (liquidez, rotação, rentabilidade e endividamento). Análise através de indicadores (Necessidade de Capital de Giro, EBITDA e Alavancagem).

DISCIPLINA: RELAÇÕES DE CONSUMO E EMPRESA

EMENTA: Introdução às relações de consumo e seus reflexos nas atividades empresariais na atualidade; Contratos de consumo na sociedade da informação; a dinâmica da responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços; Remediação e prevenção de conflitos consumeristas; Direito Consumerista, tecnologia e informação; Títulos de créditos escriturais.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

EMENTA: Como realizar uma pesquisa jurídico? Problema de pesquisa. Objetos dentro do projeto de pesquisa. Elementos centrais de um projeto de pesquisa.

DISCIPLINA: TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO EMPRESARIAL

EMENTA: Relação de emprego. Contrato de trabalho e novas formas contratuais. Terceirização. Jornada e meio ambiente de trabalho. Compliance trabalhista e Lgpd. Tecnologias de Informação e comunicação (tics) e relações de trabalho. Mediação e processo trabalhista. Sistema de seguridade social. Contribuições previdenciárias. Benefícios previdenciários. Planejamento e contencioso previdenciário.
